



NA ORDEM DO DIA

A AEPET divulga, neste boletim, os artigos "O Programa Collor", do vice-diretor cultural da Associação, José Conrado de Souza, publicado no jornal "O Dia", em 13.08.95.

O texto retrata, com precisão de informações, de forma clara e elucidativa, os problemas econômicos, políticos e sociais advindos da implantação do modelo neoliberal no Brasil.

Está sendo publicada, também, a carta enviada pelo presidente da AEPET, Fernando Siqueira, ao Jornal do Brasil, em resposta ao editorial "Pavão Corporativo", que demonstra, mais uma vez, a preocupação da Entidade em não só acompanhar como também obter junto à mídia espaço para a divulgação dos seus conceitos e opiniões em relação aos assuntos que estão na ordem do dia.

Por fim, publicamos o artigo "Custos Sociais do Capitalismo", do sociólogo Florestan Fernandes, recentemente falecido. Com a reprodução deste texto, a AEPET presta sua homenagem a este ex-garçon que, por sua correta e isenta postura intelectual e política, se tornou mundialmente conhecido e respeitado, tendo recebido, entre outros, os títulos de Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP) e Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra.

DEBATE

■ Com o fim do recesso parlamentar, as privatizações voltam à ordem do dia. Esta semana, a partir do parecer do relator Cunha Lima (PMDB-PB), o Senado discute a quebra do monopólio da Petrobras. É, também, o nosso debate da semana: deve o governo, como exige o PFL, acelerar as privatizações? Que vantagens ou prejuízos pode o Brasil esperar da consumação do processo? Deve o Estado ter presença forte na economia ou entregá-lo às leis do mercado? Respondem um deputado e um engenheiro da Petrobras.

O programa Collor

▼ José Conrado de Souza

Os defensores do programa de privatizações criado no governo Collor, deposto por crime de responsabilidade e similares, acusam o Estado de gigantesco. Os que discordam do programa Collor lembram citando dados do anuário da ONU, que é muito forte a participação do Estado no PIB (Produto Interno Bruto) dos países do 1º Mundo. Por exemplo, na Dinamarca o percentual é de 51,96%, na Suécia de 49,78%, na França de 42,10%, na Alemanha de 39,38%, nos Estados Unidos de 28,14%. Porém, no 3º Mundo, a participação do Estado no PIB é fraquíssima: no Brasil é de 21,44%, na Costa Rica de 19,18%, na Índia de 16,76%, na Etiópia de 16,21%, na Tailândia de 15,68% e no Peru de 10,76%. Logo, para chegar ao 1º Mundo, o Brasil precisa aumentar o tamanho do Estado.

Mas, para os neoliberais, as esquerdas são burras por não terem ainda percebido que o mundo mudou, que o muro de Berlim caiu, que a venda das estatais permitiria ao governo fazer caixa, livrar-se de endividamento,



transferindo-o para particulares e criar maior capacidade de investimentos, gerando novos empregos.

Os opositores contestam que, nos últimos quatro anos, o governo privatizou todo o parque siderúrgico e 70% do parque petroquímico, sem arrecadar um níquel. E ao invés de livrar-se de endividamentos, reduziu seu caixa emprestando dinheiro aos compradores em condições privilegiadíssimas. Por exemplo, a Usiminas US\$ 60 milhões a juros subsidiados para pagar em 15 anos. Os empresários petroquímicos continuaram comprando nafta a preços subsidiados e os produtos petroquímicos e siderúrgicos tiveram seus preços aumentados acima da inflação. Ocorreram demissões maciças. A situação do governo piorou, invertendo o perfil arrecadador, ou seja, o trabalhador pagando cada vez mais impostos e os grandes empresários menos, como denunciou o ex-secretário da Receita Federal, Osires Lopes Filho.

Não obstante, os defensores do programa Collor insistem: é preciso privatizar as estatais porque elas não dispõem de recursos para investir no desenvolvimento do Brasil. Para os opositores, a falta de recursos é forjada. E citam, como exemplo, a Petrobras. De 1958 a 1980 a empresa gerou US\$ 6 bilhões/ano para investir no desenvolvimento do Brasil; sua

receita correspondia a 61% do preço que os consumidores pagavam pelo petróleo. Hoje, a capacidade de gerar recursos caiu para US\$ 2,5 bilhões/ano, porque a receita foi reduzida para 38% do preço pago pelos consumidores, enquanto as distribuidoras, que antes recebiam 3%, passaram a receber 15%. Logo, os recursos existem, apenas foram criminosamente desviados para outros cofres.

Segundo os jornais, o senador Cunha Lima, relator do projeto que liquida o monopólio do Petróleo, teria sido convencido pelo presidente da República a não alterar a proposta do governo, para não atrasar a marcha das reformas. Em contrapartida, o governo se compromete a elaborar decreto proibindo a privatização da Petrobras e garantindo que as áreas petrolíferas já descobertas não serão entregues às multinacionais.

Antes de mudar de idéia, o senador deveria ler, atentamente, o discurso proferido em 15/06/83 pelo então senador do PMDB-SP, Fernando Henrique Cardoso. Nele identificaria a negação de todas as propostas de reforma da Constituição encaminhadas pelo hoje presidente, cujas convicções, conforme mostram os fatos, são fluídas e temporárias.

José Conrado de Souza é diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET.

Cartas e artigos enviados à AEPET

A AEPET publica neste boletim, trechos de artigos e de correspondências enviadas para a Entidade por associados e leitores de uma maneira geral. Todos, sem dúvida, contribuem para o trabalho de esclarecimento e conscientização que realizamos junto à sociedade sobre questões relacionadas não só à PETROBRAS como também aos reflexos da atual política econômica do governo.

Em carta à AEPET, o associado José Serrão, da Bahia, lembra que "é necessário prosseguir a luta pelo sonho e, mais do que nunca, fortalecer a AEPET e seus diversos núcleos, pois o sociólogo voluntarioso vai procurar privatizar a Empresa a qualquer custo."

Já o leitor Carlos Balthazar da Silveira, no artigo "Simile Modo" ressalta que "já houve alguém que, divagando, comparou o papado de ontem com a ONU de hoje; as ordens militares com as multinacionais. Os Estados? Ora, os Estados são um detalhe.... Pois se a balança do comércio internacional de uma matéria-prima estratégica (petróleo, por exemplo) pode se desequilibrar, restabeleça-se o equilíbrio até pela guerra e cruze-se os braços diante do massacre de uma Chechenia qualquer".

No artigo intitulado "Monopólio Estatal do Petróleo", onde faz, entre outras considerações, um relato da história da criação da PETROBRAS e da instituição do Monopólio Estatal do Petróleo, o economista Genserico Encarnação Jr., lembra que o petróleo não é uma mercadoria qualquer: "Daí para compreender porque geralmente as guerras giram em torno do petróleo, não há necessidade de muita imaginação".

Registramos, também, as correspondências do associado Luiz Carlos de Azevedo Corrêa, como ele próprio afirma, "funcionário aposentado da PETROBRAS admitido em 11.08.54, da primeira hora da Companhia", que, em tom emocionado, dispensa "todo apoio aos companheiros (bravos) do MODECON, da AEPET, dos Grupos Guararapes, Tiradentes e todas as organizações de defesa da Nação". Acusamos, ainda, a carta de Pedro Romano Junior, também sócio da AEPET, e informamos que em relação aos ataques sofridos pela Entidade na mídia providências foram e estão sendo tomadas por nossos assessores jurídicos.

Devido à falta de espaço em nosso boletim para publicar a grande quantidade de correspondências e artigos enviados à AEPET, registramos as cartas e os textos enviados por: Carlos Eduardo Teixeira, delegado regional da AMBEP em São Paulo; Luiz Augusto Michelazzo, jornalista, repórter de O Globo e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; Ester de Albuquerque Neves, idealizadora e Diretora de Atuação Política do Movimento Evangélico Social pela Ética e Cidadania e autora do livro "Cidadania é para todos"; João Batista Berardo, advogado, escritor e vereador de Jardinópolis, São Paulo; Julinho de Adelaide, pseudônimo de "um funcionário da PETROBRAS que se vale do mesmo recurso utilizado por Chico Buarque para divulgar suas músicas na época do terror da ditadura"; Geraldo Martins Souza, associado do Espírito Santo, autor do artigo "Privatização ou Entrega do Patrimônio Público"; Carlos Augusto Campy Nicolau, economista e jornalista econômico, que nos remeteu o artigo "Neoliberalismo e Sangrias Sociais".

Reproduzimos, a seguir, os artigos "O petróleo no mundo", do leitor Lourenço Paz de Sena, da Bahia, publicado no jornal "A Tarde", e "Sete sugestões ao chefe", do sociólogo Osmar Sette, como uma homenagem a todos os que, atenciosamente, escrevem para a AEPET emitindo seus conceitos e opiniões sobre os problemas econômicos, políticos e sociais que afetam a vida dos brasileiros.

O petróleo no mundo

"A metade do petróleo produzido no mundo, é consumida por apenas sete países: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá.

No Primeiro Mundo, o consumo chega a atingir até 23 barris por habitante por ano; no Brasil, este valor não passa de 3,4 barris. Os países que mais consomem, não têm reservas em seus territórios para abastecê-los. Os Estados Unidos, só têm reservas para 5,7 anos de consumo. As reservas do Canadá, só dão para 13,3 anos. As da Inglaterra, apenas para 6,2 anos. O Japão, Alemanha, Itália e França, simplesmente não tem nenhuma reserva. Enquanto o consumo mundial concentra-se nestes países, o petróleo está concentrado em poucos países: árabes, africanos e latino-americanos. As empresas privadas de petróleo, a maioria norte-americana, não têm matéria-prima para seu negócio, o petróleo. E este é o grande motivo das empresas petrolíferas estrangeiras financiarem campanhas contra a Petrobrás e outras estatais de países pobres.

O ex-presidente Getúlio Vargas suicidou-se, ou foi "suicidado", devido a pressões externas contra a criação da Petrobrás, e outras estatais de importância para a economia e para a tecnologia do País. Já em 1980 o economista Ricardo Bueno escreveu o livro: "A Farsa do Petróleo" — porque querem destruir a Petrobrás. Hoje, mais do que nunca, as profecias de Ricardo Bueno estão se cumprindo. Hoje não temos mais um Getúlio Vargas para dar sua vida pela Petrobrás. Hoje o que mais se vê, são mentirosos, testas-de-ferro de empresas estrangeiras injuriando a competência da Petrobrás. O povo assistiu ao impedimento do entreguista Fernando Collor, mas o poder econômico elegeu Fernando Henrique, e a Petrobrás correrá sérias ameaças. Os gringos querem o petróleo brasileiro. Eles podem não querer comprar a Petrobrás, mas, enfraquecê-la, quebrar o monopólio, quebrar as suas forças de mau-caráter. Defendê-la é um ato cívico, é um dever de todo brasileiro honesto.

Lourenço Paz de Sena (Rua Jorge Leal, 6 — Salvador-BA).

Sete sugestões ao chefe

OSMAR SETTE

Na qualidade de cientista social pesquisador, sugerimos ao emérito intelectual teórico, as seguintes principais medidas se quiser golpear o país de vez ou permitir que outros o façam:

1 - Segundo o mestre Aurélio, flexibilizar significa tornar flexível, possivelmente às negociações, ao conluio, à corrupção, às mamatas e toda sorte de procedimentos indignos inerentes à natureza humana.

Principalmente quando se diz em flexibilizar a Petrobrás, empresa estatal fundada e mantida a duras penas pelo povo brasileiro, com o sacrifício da própria vida de muitos. Detentora de alta tecnologia, incluindo a invenção da famosa "árvore de natal" — um perfeito sistema de válvulas reguladoras para extração de petróleo em águas profundas já adotado por outros países sob nossa patente. Nosso país tem, comprovadamente, a maior reserva mundial de petróleo em águas profundas. Portanto, senhor sociólogo, flexibilize a Petrobrás, ou seja, entregue-a para a British Petroleum, Sohio Standard Oil, Brascan, Exxon, Texaco e tantas outras multinacionais. Mas, antes, visite uma refinaria de macacão e capacete, conversando com todos, desde o Superintendente até o mais humilde peão. Pode ser qualquer uma: a Reduc, Paulina ou Reman, por exemplos. Sugerimos a Reman por congregar descendentes indígenas e caboclos, perguntando a eles com que sacrifício se construiu as últimas 40 tanques de armazenamento lá existentes. Aproveite e visite o campo de extração de Urucu, sem a necessidade de se fazer acompanhar de sua alegre assessoria. Como sociólogo, tente sentir a alma daqueles heróis anônimos, humildes, mas ativos; rudes, mas generosos; severos, mas dóceis; gentis, acima de tudo. Depois, entregue todo o patrimônio, incluindo a maior frota de petroleiros do mundo. Entendemos que é preciso ser inflexível na defesa dos interesses nacionais. Nestes casos, flexibilidade é uma grande farsa.

Ficamos perplexos como podemos ter frequentado a mesma escola e aprendido com os mesmos mestres, já que temos pensamentos e posturas completamente diversas.

2 - Podemos sugerir, ainda, o mesmo procedimento em relação à Eletrobrás e à Vale do Rio Doce.

3 - Como um dos maiores produtores de grãos do planeta, exporte tudo. Mesmo que o povo morra de fome, à mingua e na miséria.

4 - Reduza os salários, sempre, de forma a que o consumo seja impossível. Desta forma, o comércio não sobreviverá, a indústria deixará de produzir, gerando desemprego e falências. Promova o sucateamento de nosso parque industrial, a fim de que possamos importar tudo.

5 - Reformule a Previdência Social no sentido de que jamais tenha aposentados. Basta adequar o modelo à média estatística de vida dos brasileiros de forma que morram antes de adquirir o direito. Não cobre nunca o débito de bilhões com a Previdência, principalmente aqueles devidos pelos campeonatos de futebol, ainda que possam investir milhões de dólares com jogadores zinzinhos arrogantes e idiotas.

6 - Faça um país forte coberto de cadáveres, sempre favorecendo as oligarquias e os grupos financeiros, em nome de um liberalismo indecente e imoral. Afinal, os grandes Bancos nunca podem perder. Jamais.

7 - Nunca promova uma reforma da estrutura fundiária, prejudicando os donos da terra. Por fim, entregue a maior reserva genética-biológica do planeta a grupos estrangeiros, livrando-se da Amazônia, em especial do Amazonas, com toda a sua riqueza, seus índios e seus garimpeiros, não-dia que pode empanar o brilho dos intelectuais de salão em Brasília.

Finalmente, ficamos perplexos como podemos ter frequentado a mesma escola e aprendido com os mesmos mestres, já que temos pensamentos e posturas completamente diversas. De qualquer forma, sabemos que a natureza humana é perversa e conflituosa. Temos certeza que, diante das circunstâncias atuais e perspectivas futuras, Niccolò Maquiavel deve sentir-se humilhado em seu túmulo ou no etéreo pela postura angélica de toda a sua obra, incluindo "O Príncipe", naturalmente. O último baile do Império foi na Ilha Fiscal e devemos evitar, a todo custo, que o próximo seja realizado nos salões do Itamarati, em Brasília.

Osmar Sette é sociólogo

Reproduzimos, abaixo, carta enviada pelo Presidente da AEPET, Fernando Siqueira, ao Jornal do Brasil em resposta ao editorial " Pavão Corporativo ", publicado em 27/07/95

**Ao
Jornal do Brasil
"Opinião dos Leitores"
Fax: (021) 585-4428**

Lamentável o editorial desse jornal sob o título "Pavão Corporativo" atacando gratuitamente um parlamentar que deseja apenas realizar o seu trabalho de forma correta e isenta.

O JB não fez editorial considerando a forma ditatorial e fascista com que o governo proibiu as estatais de darem informações aos parlamentares, ameaçando de demissão qualquer empregado que, mesmo usando suas férias e as próprias expensas ou custeado por associações ou sindicatos, fosse a Brasília subsidiar os parlamentares. Esta atitude do governo, vale lembrar, infringiu vários artigos da constituição.

O JB não fez editorial atacando o Sr. Procópio Lima Neto que no seu relatório final não colocou uma linha sequer do depoimento de 7 horas do Dr. Aureliano Chaves na audiência pública da comissão do petróleo. Nem mencionou a denúncia de que a campanha do Sr. Lima Neto foi financiada com US\$ 40 mil pelo grupo IPIRANGA/ATLANTIC interessado no fim do monopólio, o que, eticamente, o impediria de ser relator. Também o JB não mencionou que o Sr. Lima Neto vendeu um terreno da CSN, por um preço 10 vezes menor que o real, para uma empresa fantasma de um amigo, financiado pela Caixa Beneficente dos Funcionários da CSN, cujo presidente foi mudado a fim de que esta operação ilegal fosse efetivada.

O JB, junto com o governo, tenta enganar a sociedade ao dizer que a Lei 2004 assegura o monopólio. A lei 2004 é destruída pela emenda do governo. Já está em preparo pelos cúmplices do Sr. Lima Neto a "lei dos hidrocarbonetos" para substituí-la.

Não tenho procuração para defender o Senador Cunha Lima. Mas o mínimo que se espera de um relator é que ele conheça o assunto que está relatando. Isto é uma obrigação só cumprida, infelizmente, por pessoas íntegras e honestas. Lamentavelmente o JB deu uma demonstração de como a mídia vem distorcendo os valores legítimos no nosso sofrido Brasil. Como presidente da AEPET - Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, contesto a afirmativa de V.Sas. de que não podemos justificar o monopólio por razões econômicas e solicito espaço nesse jornal a fim de que possamos demonstrar o contrário. Como assinante, faço-lhes um apelo: revejam suas posições sob os prismas ético, jornalístico e humano.

Atenciosamente



Fernando Leite Siqueira

Presidente

Custos Sociais do Capitalismo

FLORESTAN FERNANDES

O capitalismo apresenta em sua evolução custos sociais variáveis. No início, esbulhados e pobres diluíam-se sobre um proletariado nascente que, por meio de submissão ou revolta, ainda aprendia a lidar com a manufatura e a exploração da força de trabalho, ao lado da existência de laços de solidariedade e obnubilação da consciência social de classe.

Os sindicatos exerceram enorme influência construtiva na organização dos trabalhadores e em sua liberação da dominação ideológica, política e de classe dos donos do capital.

As reformas e revoluções necessárias ao desenvolvimento capitalista surgiram em um clima de violências e conflitos sociais que deram forma, conteúdo e direção à constituição da civilização capitalista. Os proletários e o movimento social - de natureza socialista - desempenharam funções que imprimiram continuidade e maior profundidade à "revolução burguesa" na Europa.

Sob o capitalismo competitivo, portanto, a burguesia, associada à aristocracia e especuladores das finanças e negócios coloniais, não teve a supremacia que lhe assegurasse, na transformação da sociedade, a neutralização da classe antagonista e dos miseráveis.

No presente, o capitalismo oligopolista vinculado à automatização e à administração informatizada aumentou, sob esse aspecto, o espaço da classe dominante e reduziu drasticamente a capacidade de iniciativa dos de baixo.

O mercado perde rapidamente sua importância como fator de classificação social e tende a afunilar o centro de gravidade do sistema societário, como se lucros e interesses capitalistas fossem um patrimônio a ser "enfreado" por empresas gigantes e seus administradores.

No mesmo sentido, a produção deixa de aferir o peso relativo do capital e do trabalho, impondo a predominância da tecnologia de ponta e seu impacto sobre a expansão econômica e a organização da sociedade. Rico e privilegiado tornam-se sinônimos.

Forma-se, assim, uma classe dominante exclusivista, ávida de estabilidade social e poder. O Estado cai em suas garras e procura corresponder a suas expectativas e imposições. Desaparece a herança liberal. A opressão contra pobres, trabalhadores, sindicatos e partidos socialistas converte-se na tônica do "bom governo".

Efeitos visíveis: aceleração perturbadora na concentração "aristocrática" da riqueza, acompanhada de novas taxas de miserabilidade ascendente, de rateio de vantagens com estratos aliados da classe média alta e marginalização da mão-de-obra excluída e dos sem-classe. Fenômeno de transição? Não é o que pretendem os mandões da nova "classe ociosa".

Até a noção de conflito é banida na esfera das relações entre capital e trabalho. Desvanece-se a falaciosa utopia da "democracia participativa", juntamente com o maior valor cívico e jurídico-político da cidadania.

As vítimas dessa reviravolta poderiam conferir a todo o processo um caráter transitório. Mas, para isso, precisariam ressuscitar o movimento social, a luta de classes e o socialismo em condições ultradesfavoráveis.

Folha de S. Paulo 20/08/95

UMA HISTÓRIA BRASILEIRA DE SUCESSO.



SE TODOS OS SEUS ESFORÇOS FOREM VISTOS COM INDIFERENÇA NÃO DESANIME, PORQUE TAMBÉM O SOL, AO NASCER, DÁ UM ESPETÁCULO TODO ESPECIAL E, NO ENTANTO, A MAIORIA DA PLATÉIA CONTINUA DORMINDO.

Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ Coordenação Gráfica: Selulloid AG Comunicação - Tel: 220-3861

■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto